



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Prio Energy <ul style="list-style-type: none">➤ Pedro Morais Leitão (CEO da Prio Energy)➤ Nuno Correia	<ul style="list-style-type: none">➤ Fernando Virgílio Macedo (PSD)➤ Joel Sá (PSD)➤ Hugo Costa (PS)➤ Heitor de Sousa (BE)➤ Bruno Dias (PCP)	27 de abril de 2017 Gravada	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none">➤ Os representantes da Prio Energy começaram por referir que este era o único produtor de biodiesel que era também distribuidor de biocombustíveis e por lembrar a audiência que lhes foi concedida pela CEIOP em outubro do ano anterior, onde defenderam as metas previstas no Decreto-Lei n.º 117/2010. Referiram que o Orçamento do Estado para 2017 tinha reduzido essas metas e o Projeto de Lei n.º 400/XIII, que motivou este pedido de audiência baixa-as ainda mais, pelo que pretendiam reforçar os argumentos já expendidos.➤ Fizeram também referência à diretiva da União Europeia sobre energias renováveis, que veio reforçar que a meta pretendida para 2020 seja alcançada por todos os países e que a política que se seguirá, de 2020 a 2030, mantém as mesmas implicações. Consideraram que se tratava de um reforço dos investimentos e das apostas nos biocombustíveis, para que as fontes de biocombustíveis sejam sustentáveis, de fonte renovável. Em seu entender, a manutenção da política de incorporação era a via para	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Joel Sá (PSD) – após cumprimentar os representantes da Prio Energy, afirmou que o seu partido era favorável às energias renováveis, que continuava atento à temática e iria tomar as iniciativas que entendesse pertinentes.➤ Deputado Hugo Costa (PS) – cumprimentou os representantes da Prio Energy e afirmou compreender o foco da intervenção e a necessidade de garantir sustentabilidade das energias. Em seu entender, este projeto de lei tinha a capacidade de colocar a temática em discussão e isso era uma mais-valia. Quis saber se o país continuava a importar para produzir biocombustíveis ou estes tinham origem em resíduos locais, se havia substituição de culturas para produção de biocombustíveis, quais os impactos que estas culturas têm no terreno e quais os recursos de economia circular utilizados.➤ Deputado Heitor de Sousa (BE) – após cumprimentar os representantes da Prio Energy, referiu que, em seu entender, a questão essencial tinha a ver com expectativas e rentabilidade de um investimento que foi feito dentro de um determinado quadro com objetivos estabelecidos no âmbito da UE. Quis saber quais eram as expectativas que era defraudadas se o ritmo de incorporação de biocombustíveis fosse alterado; se havia algum problema de rentabilidade da		

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>chegar a 2020 a cumprir a meta dos 10%.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Afirmaram que Portugal mantinha o alcance das metas atuais apenas com a produção nacional e que se mantinha a perspetiva de novos investimentos na área das renováveis.➤ Lembraram ainda que em 2010 tinha sido criado um plano a 10 anos, segundo o qual em cada 10 litros de combustíveis se misturaria 0,9 litros de biodiesel, o Orçamento do Estado para 2017 reduziu esse montante para 0,75 litros e o projeto de lei em discussão pretende que passe a ser apenas 0,55 litros. Concluíram considerando que este caminho era grave para um setor que tinha sido criado a pedido dos governos para combater as alterações climáticas e que se esta iniciativa for aprovada as expectativas das empresas desta área sairão defraudadas.	<p>empresa na sua a atividade de produção; e se esta iniciativa comprometia a sobrevivência da empresa. Lembrou que em Espanha a taxa de incorporação de biocombustíveis é inferior à praticada em Portugal e este projeto de lei uniformiza ambas as taxas. Referiu ainda a existência de plantações de produtos transgénicos que eram feitas para a produção de biocombustíveis, o que era uma menos-valia para a produção para a indústria alimentar.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Bruno Dias (PCP) – cumprimentou os representantes da Prio Energy e afirmou que o PCP era a favor de energias de fonte renovável e uma utilização mais racional dos recursos. Afirmou ser importante ter-se em conta a evolução da própria tecnologia e dos processos produtivos no que toca aos biocombustíveis. Afirmou que o projeto de lei do PCP olhava para a realidade transfronteiriça e as metas europeias. Abordou também a questão da reutilização de óleos <i>versus</i> a produção dedicada para os biocombustíveis e lembrou que o Decreto-Lei n.º 117/2010 já previa regras para a sustentabilidade dos biocombustíveis, tendo defendido a necessidade de uma nova abordagem sobre o tema. Considerou também importante a questão da composição do preço dos combustíveis antes e depois de impostos, sendo que Portugal tinha dos preços mais altos em ambas as situações. Concluiu, afirmando que a abordagem do PCP era transversal e multisectorial.
--	--

Respostas às questões dos Deputados:

- Os responsáveis da Prio Energy abordaram a questão da economia circular, esclareceram que no ano anterior a incorporação de matéria-prima residual tinha sido de 40% e não tinha sido usada palma, cuja plantação traz o problema da desflorestação nas zonas tropicais. Afirmaram que a Prio Energy era pioneira na utilização de matérias-primas residuais para a produção de biocombustíveis e tem tido um grande investimento a esse nível, nomeadamente na recolha de óleos alimentares usados, não se limitando ao mercado nacional e procurando também no mercado europeu. Afirmaram que a utilização deste tipo de produtos permitiu à indústria nacional ser autónoma e investir naquilo que vai ser o futuro e informaram que a empresa utiliza uma tecnologia com custos mais baixos para conseguir alcançar as mesmas metas que os parceiros europeus. As próximas metas que cada um dos países europeus, com exceção de Espanha, pretende atingir é de 8% no ano seguinte, 9% em 2019 e 10% em 2020. Espanha não tem indústria de biodiesel, importa o produto, ao passo que Portugal apenas importou bio etanol, que não produz. Reiteraram que Portugal continua a ser mais competitivo do que essas importações, pelas matérias-primas que utiliza e pela forma como consegue colocar a economia circular em funcionamento. Portugal não tem biocombustíveis caros porque está a reduzir



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

a base de origem vegetal.

- Quanto à sustentabilidade económica, informaram que havia 5 fábricas em Portugal de produção de biodiesel, com capacidade de produção de 100 000 toneladas/ano cada uma, enquanto o consumo nacional rondava as 300 000 toneladas/ano, o que representa 60%. Se reduzirmos a taxa de incorporação em 30%, passamos abaixo dos 50% de utilização dessa capacidade. Destas fábricas, 3 foram intervencionadas pela banca nos últimos anos, o que implica que as alterações da regulação têm um preço a pagar do ponto de vista económico. É difícil discutir qual a expectativa de retorno desde 2010 devido a esta situação. Referiram que a Prio Energy tinha sido vendida à banca em 2013 para pagar dívidas originadas pela instabilidade regulatória.
- Referiram que a Prio Energy tem vindo a crescer, no lado dos combustíveis, porque foi agressiva nos preços praticados, apresentando um desconto de 10 cêntimos em relação à Galp. Resolvidos os problemas de capital que a empresa tinha, esta estratégia tem vindo a dar frutos.

Deputado Fernando Virgílio Macedo
Vice-Presidente da Comissão